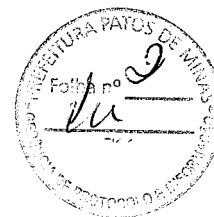


À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Concorrência N° 03/2017
Processo N° 148/2017

FAZENDA COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sergipe, n° 1053, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30130-174, inscrita no CNPJ n° 08.628.776/0001-62, neste ato representada por sua procuradora legal *in fine* signatário, vem *mui* respeitosamente, perante Vossa Presença, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do julgamento geral das propostas técnicas, de acordo com o subitem 12.9, VI do edital, conforme ata da sessão realizada no dia 08/08/2017, já juntada aos autos do procedimento licitatório, pelos fatos e fundamentos abaixo elucidados:

O presente recurso é tempestivo e tem amparo na alínea b, inciso I do art. 109 da Lei Federal 8.666/93 c/c subitem 13.1 do Edital - Concorrência n° 03/2017, Processo 148/2017 da Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

A análise a seguir é feita diante da classificação da licitante INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA-EPP, doravante Recorrida, em 1º lugar, pelo qual verificamos a desconformidade em sua proposta técnica, descumprindo o que prevê o edital, legislação e princípios regentes, o que acarreta na consequente desclassificação da mencionada licitante, conforme se segue:

FATOS E FUNDAMENTOS

Análise sobre a Errônea Classificação da Recorrida Descumprimento das Regras Editalícias do Plano de Comunicação ex vi Ideia Criativa – Desclassificação – Medida que se impõe

Diz o dispositivo do edital:

6.2.3.3.1. Só serão aceitos exemplos de peças e ou material **não finalizados**. (grifo nosso)

Compulsando os autos do processo licitatório, verificamos que a Recorrida apresentou um Jogo Educativo FINALIZADO no subquesto Ideia Criativa, subitem 6.2.3, sendo certo que no dispositivo editalício, acima colacionado, o mesmo não deveria ser aceito categoricamente, visto a referida proibição da recepção de quaisquer exemplos de peças ou materiais FINALIZADOS.

Deve, portanto, prevalecer o que dispõe o subitem 6.2.3.3.1, quanto à aceitação das peças não finalizadas. O edital é claro ao prevê a desclassificação da licitante que descumprir suas determinações e exigências. É o que diz o subitem 9.4, I, *in verbis*:

9.4 Será **desclassificada** a licitante que:

I – **não observar as determinações e as exigências deste Edital**; (grifo nosso)

Corroborando a questão, a Lei Federal 12232/10, que em seu art. 6º, XIV, é cristalino quanto à desclassificação da licitante que descumpra as disposições contidas no edital:

Art. 6º (...)

XIV - será desclassificado o licitante que descumprir o disposto nos incisos XII e XIII deste artigo e **demais disposições do instrumento convocatório**. (grifo nosso)

Logo, a licitante que apresentou sua peça finalizada não poderia ser privilegiada e classificada, pois descumpriu frontalmente as regras do edital que aceitou de forma plena e irrevogável, quando da sua participação, conforme dispõe o subitem 2.1, alínea a do edital:

2.1 A participação nesta Concorrência implica para a licitante:

a) **A aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Edital e dos seus Anexos**; (grifo nosso)

Incorre também em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, esculpido no art. 3º da Lei de Licitações 8666/93, de respeito



obrigatório pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas, conforme art. 41 do mesmo diploma legal, inerente às licitações públicas, abaixo colacionados:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. **(grifo nosso)**

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada**. **(grifo nosso)**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas.

Ademais, lembramos que a simples apresentação da proposta por qualquer licitante, ocasiona sua vinculação ao edital e aceitação irrestrita e irrevogável de todos os seus termos. Colacionamos a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"[...] Pela licitação, a Administração abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de apresentação de proposta. Quando a Administração convida os interessados pela forma de convocação prevista em lei (edital ou carta-convite), nesse ato convocatório vêm contidas as condições básicas para participar da licitação, bem como as normas a serem observadas no contrato que se tem vista celebrar; o atendimento à edital implica a aceitação irrestrita e irrevogável dessas condições por parte dos interessados. Daí a afirmação segundo a qual o edital é a lei de licitação e, em consequência, a lei do contrato. Nem a Administração pode alterar as condições, nem o particular pode apresentar proposta ou documentação em desacordo com o exigido no ato da convocação, sob pena de desclassificação ou inabilitação, respectivamente" (in Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 23ª Ed., 2010, p.351).

Lado outro, as peças visualizadas de forma finalizada, causam maior impacto e perspectiva de qualidade, almejando mais valorização, quando se comparada a uma peça que não foi finalizada.

Assim, aceitando a peça de forma finalizada, a administração pública promoveu tratamento diferenciado entre as licitantes, possibilitando que a Recorrida apresentasse sua peça finalizada em detrimento das outras licitantes, como desta Recorrente, que não finalizou qualquer peça, colocando-



a em situação mais vantajosa do que as demais, que tiveram que se submeter às regras do edital.

Além do dispositivo, acima mencionado, a licitante que apresenta sua peça de forma finalizada não pode ser privilegiada, pois não só descumpre as regras do edital e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com também fere o princípio da isonomia, que se faz presente em todas as licitações públicas, conforme o art. 3º da Lei de Licitações, retro mencionado.

O princípio da isonomia, antes de fundamento das licitações promovidas pela administração pública, é a base de todo o Estado Democrático de Direito.

No que se refere às licitações deflagradas pela administração pública, aqui englobando o Poder Executivo de Patos de Minas, a Carta Constitucional determinou que esse ente público deve assegurar a igualdade de condições entre os competidores, como preleciona o art. 37, XXI.

O art. 3.º da Lei Federal 8.666/93, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 88, reitera a máxima constitucional e assenta o entendimento da imprescindibilidade do tratamento isonômico entre os concorrentes ao objeto de licitação promovido pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

A inobservância do tratamento isonômico entre licitantes vicia todo o procedimento administrativo licitatório, com ensina Luis Carlos Alcoforado, *verbis*:

Pelo novo Estatuto, ampliou-se a finalidade da licitação. Ao lado da seleção da proposta mais vantajosa, encontra-se a outra nova finalidade: garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.

Por isso, a licitação não pode visar apenas garimpar a proposta mais vantajosa, mas, também e essencialmente, a garantir a isonomia, formal e materialmente.

À Administração, conseqüentemente, prendem-se as obrigações de selecionar a proposta mais vantajosa e garantir a isonomia, sem as quais se vicia o processo licitatório.

Portanto, ao lado da seleção da proposta mais vantajosa, a finalidade máxima da licitação é de garantir que sejam dadas oportunidades em condições de isonomia entre os licitantes.

Quando a administração pública estabelece, no edital, as condições para participar da licitação, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos. Ora, se for aceita proposta com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos



termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Dessa maneira, a Recorrida que descumprindo as regras do edital ou sendo beneficiada pela valoração e aceitação de peça finalizada, que fora apresentada da forma diversa ao preconizado pelo edital, não pode continuar sendo acobertada ou ter sua permanência no certame, sendo a medida que se impõe é a sua correta desclassificação.

**Análise sobre a errônea apresentação de peças da Recorrida
Descumprimento das Regras Editalícias do Conjunto de Informações ex
vi Repertório – Desclassificação – Medida que se impõe**

Diz o Edital:

III – REPERTÓRIO

6.4. O Repertório será constituído de peças e ou material concebidos e veiculados, expostos ou distribuídos pela licitante, agrupados em caderno específico.

VI – **edição em papel A4 ou A3, de 75 ou 90 gr.**, preservada, em qualquer hipótese, a compreensão de seu conteúdo e a indicação das dimensões originais das peças neles contidas. (**grifo nosso**)

O dispositivo acima trata da edição das peças do repertório, que devem ser editadas e apresentadas em papel A4 ou A3, de 75 ou 90 gramas.

Verificamos no processo licitatório, em específico, no conjunto de informações da Recorrida, que a mesma apresentou suas peças em pranchas, no formato A3, com espessura de 01 cm, e afixados os layouts em papel fotográfico, descumprindo de forma grotesca o que preconiza o edital para esse subquesto. A disposição editalícia é singular ao dispor a tipologia do papel e sua gramatura para sua edição e apresentação.

Questionada, a Comissão Permanente de Licitações não acatou as indagações feitas por essa Recorrente, proferindo os seguintes dizeres:

“Frisa-se que a subcomissão não reconheceu a ponderação feita pela representante da FAZENDA COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI, à proposta da INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA-EPP, já que o subitem 6.4.1, letra “a” do edital permite qualquer formato, o que abrange logicamente a apresentação de pranchas e papel fotográfico.”

Esta afirmação é confusa, contrária e em total desacordo com o que afirma o próprio dispositivo mencionado pela CPL.



Diz o edital:

6.4.1. No caderno específico do Repertório deverão ser apresentadas 10 (dez) peças e ou material, independentemente do seu tipo ou característica e da forma de sua veiculação, exposição ou distribuição, observado o seguinte:
III – as peças gráficas poderão integrar o caderno específico ou ser apresentadas separadamente (soltas).

a) Se apresentadas separadamente (soltas), as peças poderão ter qualquer formato, podendo inclusive ser apresentadas dobradas ou não.

Pela simples leitura do dispositivo, no seu conjunto, conclui-se que o formato é livre em se tratando do FORMATO de peças GRÁFICAS soltas, conforme alínea a, acima descrita, não cabendo para a EDIÇÃO das peças em papel que DIFERE do A4 ou A3, de 75 ou 90 gramas, consoante, subitem 6.4, inciso VI, já mencionado.

Mesmo que se fosse considerar formato, em seu sentido amplo, o mesmo é livre apenas para peças gráficas, FINALIZADAS, não cabendo para layouts e roteiros das peças, que foram editados e apresentados pela Recorrida, no subquesito Repertório, em pranchas no formato A3, com espessura de 01 cm, e afixados os layouts em papel fotográfico.

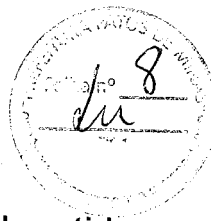
Todo profissional da área de publicidade e propaganda sabe que uma peça gráfica é uma peça ou material finalizado, acabado, ou seja, materializado, pronto. Na definição de peça finalizada, segundo o site Wikipédia, temos que:

“É a materialização de qualquer projeto gráfico. Pode ser um simples cartão de visita até livros, brochuras, folhetos, embalagens, rótulos, cartazes, entre tantos outros que combinam vários tipos de materiais e de técnicas. Em outras palavras, uma peça gráfica é uma peça finalizada, acabada, materializada.”

Não se pode permitir que peças que não sejam finalizadas, gráficas, sejam aceitas de qualquer forma e em qualquer papel. É desvirtuar a interpretação literal da regra ou dar interpretação diversa do que o próprio edital prevê aos licitantes, sendo que suas regras são vinculantes àqueles que participam do processo licitatório e que, portanto, aceitaram suas regras, em específico, o que tange o subitem 6.4, inciso VI.

Não faz sentido que a administração pública fixe um determinado procedimento e forma no edital e que, na hora do julgamento, venha a admitir que se contrarie o exigido.

A vinculação ao edital é um princípio inerente a todo procedimento licitatório, pois estabelece as regras do certame, de modo a garantir, dentro da própria licitação, a justa competição entre os concorrentes. Assim, a partir do momento em que as empresas se dispõem a participar de uma licitação,



recebem as regras a que estão submetidas, e se comprometem a cumprir a exigências estabelecidas.

Sobre a matéria, é da lição de Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. [...] O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu"

Por ele, a Administração Pública e os licitantes se sujeitam às regras previstas no edital e, do seu desdobramento, deflui-se que a inobservância de qualquer de uma das cláusulas do instrumento convocatório, por algum dos licitantes, importa na sua eliminação (desclassificação) do certame, medida que deve ser imposta à Recorrida.

Análise sobre a desclassificação das licitantes AGÊNCIA DOM QUIXOTE LTDA – ME, RODRIGO MAICOW SILVA–ME e FAST GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA - Descumprimento das Regras Editalícias – Desclassificação da Recorrida – Medida que se impõe em respeito ao Princípio da Igualdade

A Subcomissão Técnica, em seu julgamento das propostas técnicas (Invólucro 01- PROPOSTA TÉCNICA – Plano de Comunicação Publicitária – via não identificada) das licitantes fez as seguintes ponderações em ata:

"a proposta técnica intitulada **"Faça sua parte"** descumpriu o subitem 6.2.5 alínea "V" do edital, apresentando recuos nos parágrafos, referente à campanha **"A Guerra é agora"** está em desacordo com o item 6.2.6 do edital, pois a mesma ultrapassou o limite das 10 (dez) páginas e referente à campanha **"Mosquito Não"** descumpriu os subitens 6.2.4.1, IV, V e VI, não apresentando os valores da produção das fantasias e a utilização da peça do Maurício de Souza, em que aparece também informações que não podem ser lidas, descumprindo o subitem 6.2.3.3.8 do edital".

Diante disso, a Comissão Permanente de Licitações descreveu:

Conforme consta na Ata da Subcomissão Técnica "a inobservância das formalidades definidas, implica na desclassificação da licitante"

Após o cotejo entre as vias não identificadas (Invólucro 1) e as vias identificadas (Invólucro 2) do Plano de Comunicação Publicitária das licitantes, para identificação da autoria, de acordo com o subitem 12.9, IV do edital, a CPL, sabendo da autoria em relação a cada plano de comunicação, desclassificou as licitantes que desatenderam as condições do edital, pelas ponderações acima da Subcomissão Técnica. É o que se extrai da ata:

"a CPL desclassifica as Propostas Técnicas - Invólucro 01 dos seguintes licitantes: **AGÊNCIA DOM QUIXOTE LTDA – ME, RODRIGO MAICOW**



SILVA-ME e FAST GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA, pelos motivos acima expostos.”

A própria Comissão Permanente de Licitações, acertadamente desclassificou as licitantes **AGÊNCIA DOM QUIXOTE LTDA – ME, RODRIGO MAICOW SILVA-ME e FAST GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA** por descumprimento das normas contidas no edital.

Assim, como o entendimento da CPL é de desclassificar licitante que descumpre ou que esteja em desacordo com as regras do edital, a medida que deve ser imposta é de desclassificar também a Recorrida, pois o entendimento não pode ser diverso em se tratando de seu latente descumprimento das disposições editalícias, alhures, sob pena de ferir frontalmente o princípio constitucional da isonomia.

O princípio da isonomia é o mais importante para a licitação pública, sendo considerado como a própria causa do certame, uma vez que a administração pública é fundamentada pelo princípio da indisponibilidade dos interesses públicos, devendo adotar uma conduta equânime, oportunizando a participação de qualquer interessado na disputa.

Como forma de oportunizar a igualdade de condições aos proponentes para participação das licitações, o princípio da isonomia veda a estipulação, no instrumento convocatório, de cláusulas de natureza discriminatórias, que promovam exigências absurdas, de modo a selecionar fornecedores específicos, ou dirigir as licitações, desigualando os proponentes por critérios subjetivos de predileção.

A igualdade de condições deve existir para todos os licitantes, assim como as penalidades a elas também devem seguir a mesma linha de imposição, em se tratando de descumprimento de regras do edital.

Descabido, portanto, aceitar tratamento diverso à Recorrida. Não se pode aplicar o pensamento do filósofo Sócrates da Grécia antiga, “Um peso, duas medidas”, ou seja, tratar uns com justiça e outros com injustiça, ter conduta diversa diante de um mesmo critério, aplicar a lei ou as regras do edital com mais ou menos rigor de acordo com a conveniência, sem seguir a vinculação ou o julgamento de acordo com critérios formais dispostos no instrumento convocatório.

A verificação de condições de aceitação dos documentos apresentados em licitações públicas deve ser feita com observância dos requisitos que se prestam à sua finalidade, contudo, respeitando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, do julgamento objetivo e as formalidades exigidas no certame. Não há que se falar em ofensa princípio da



proposta mais vantajosa, uma vez que os princípios norteadores da licitação pública devem ser entendidos em sua completude, e não interpretados isoladamente, ou privilegiando um em detrimento do outro.

Não se pode olvidar que a Prefeitura Municipal de Patos de Minas, pela CPL deve buscar seleção da proposta mais vantajosa, porém sem comprometer os demais princípios que também devem ser observados por ela mesma, atinentes ao julgamento e processamento da licitação tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo das propostas.

Em sede jurisprudencial, o entendimento do STJ é de que o princípio de vinculação ao instrumento convocatório deverá ser observado:

RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. LEILÃO. EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EDITAL FAZ LEI ENTRE AS PARTES. - O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o **edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes.** (grifo nosso)
Processo: REsp 354977 SC 2001/0128406-6 / Relator(a): Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS / Julgamento: 17/11/2003 Órgão Julgador: T1 - PRIMEIRA TURMA / Publicação: DJ 09.12.2003 p. 213.

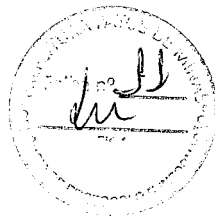
De forma a consubstanciar, é uníssono o posicionamento da nossa Corte Mineira de que as regras do edital e os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório devem ser observados pelas licitantes, sob pena de desclassificação a quem descumprir:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DESCLASSIFICAÇÃO - LICITAÇÃO - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL - DECISÃO MANTIDA.

1. O edital da licitação é ato convocatório dos interessados e diploma que estabelece o objeto, os limites e os procedimentos do certame (art. 40 da Lei nº. 8.666/93).

2. **Uma vez que a proposta apresentada não preenche os requisitos exigidos no instrumento convocatório, não há que se falar em ilegalidade ou abuso de poder na desclassificação do postulante.** (grifo nosso) AGRADO DE INSTRUMENTO CV Nº 1.0079.11.058123-2/001 - COMARCA DE CONTAGEM - AGRAVANTE(S): DELTA CONSTRUÇÕES S/A - AGRAVADO(A)(S): MUNICÍPIO DE CONTAGEM - AUTORIDADE COATORA: SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL. DESCUMPRIMENTO. DESCLASSIFICAÇÃO. LEGALIDADE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. A exigência contida em edital exclui o licitante se não é atendida. A memória dos cálculos da formação do preço é de relevante importância para a



revisão contratual. O mandado de segurança deve ser denegado se o ato de **desclassificação da impetrante do procedimento licitatório ocorreu por descumprimento de exigência contida no edital.** Denegada a segurança. (grifo nosso) MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1.0000.10.017555-3/000 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - IMPETRANTE(S): EMBRAFORTE SEGURANÇA TRANSPORTE VALORES LTDA - AUTORID COATORA: PRESID TRIBUNAL CONTAS ESTADO MINAS GERAIS - LITISCONSORTE: ATHENAS VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., VIC SEGURANÇA LTDA. - LITISCONSORTE(S): MINAS FORTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. E OUTRO(A)(S), AFEQUE SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA., GARDINER-MG SEGURANÇA E LTDA., TBI SEGURANÇA LTDA.-ME, ESPARTA SEGURANÇA LTDA., VARELLA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA., GUARDSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., MINAS SEGUR VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - INTERESSADO: ESTADO DE MINAS GERAIS, TRIBUNAL CONTAS ESTADO MINAS GERAIS, ESTADO DE MINAS GERAIS

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. DESCUMPRIMENTO DE UMA DAS SUAS CLÁUSULAS. DESCLASSIFICAÇÃO. LEGALIDADE DO ATO. Um dos princípios que norteiam o processo licitatório é o da vinculação ao edital. Por ele, a Administração Pública e os licitantes se sujeitam às regras previstas no edital e, do seu desdobramento, deflui-se que a **inobservância de qualquer de uma das cláusulas do instrumento convocatório, por algum dos licitantes, importa na sua eliminação do certame.** (grifo nosso) APELAÇÃO CÍVEL Nº 000.133.455-6/00 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): CONSERVADORA ARIZONA LTDA. - APELADO(S): SERTEC SERVIÇOS GERAIS LTDA. E OUTRAS - RELATOR: EXMO. SR. DES. PINHEIRO LAGO

AÇÃO ORDINÁRIA - ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE QUE DESCUMPRIU ITEM EXIGIDO NO EDITAL - LEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA - PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA ISONOMIA - OBSERVÂNCIA - DECRETO 3.555/00 - ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO. Não há que se falar em nulidade do ato administrativo que desclassificou licitante, por descumprir item exigido no edital, sob pena de ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia (art. 3º da Lei 8.666/93). Não há ilegalidade no julgamento de recurso administrativo pelo pregoeiro, por ser essa uma de suas atribuições, conforme previsão expressa do art. 9º, VIII, do Decreto 3.555/00, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. (grifo nosso) APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0525.08.135445-4/002 - COMARCA DE POUSO ALEGRE - APELANTE(S): R F SERVIÇOS INFORMÁTICA LTDA - APELADO(A)(S): MUNICIPIO POUSO ALEGRE, SISTEMA INFORMÁTICA COMERCIO IMPORT EXPORT LTDA - RELATOR: EXMO. SR. DES. GERALDO AUGUSTO

O atendimento obrigatório da administração pública e de todos os licitantes ao que fora estabelecido é um **DEVER** e não um **PODER**.

A razoabilidade e proporcionalidade não podem ser confundidas e nem contrárias ao que diz o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o da isonomia, do julgamento objetivo e da própria legalidade. É dizer que a





norma constante no edital e na legislação pertinente por si só não tem validade ou eficácia, o que não justificaria sua existência.

Não podemos esquecer que a segurança jurídica e a formalidade devem prevalecer em todo o procedimento licitatório, garantindo sua lisura e que, a classificação da Recorrida, que desrespeita as regras legais e do edital, macula a lisura de todo o certame.

A proteção ao interesse público justifica o rigorismo formal e técnico das regras editalícias, porquanto a proposta mais vantajosa é aquela que atende às especificações e exigências ali contidas e não aquela que se desvincula dos requisitos do certame, sob pena de dar tratamento desigual aos demais concorrentes, ferindo a isonomia entre as partes.

Ademais, as licitantes que porventura entendessem que as exigências do edital eram excessivamente formais, deveriam tê-lo impugnado em tempo hábil. Se assim não o fizeram é porque aceitaram os termos e condições contidos no instrumento convocatório. Neste sentido, é o que entende o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

**MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA EDITALÍCIA -
DESCCLASSIFICAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE FORMALISMO -
INOCORRÊNCIA - CONHECIMENTO PRÉVIO DO ALEGADO RIGOR TÉCNICO -
PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.
RECURSO IMPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.00.349284-0/000 -
COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): CONTROLTEC CONTROLE
INTEGRADO AMBIENTE LTDA. - APELADO(S): MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE, PRESIDENTE COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE COORD POL URBANA AMB DE BH E OUTROS - RELATOR:
EXMO. SR. DES. NILSON REIS**

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.
REQUISITOS NÃO CUMPRIDOS POR PARTICIPANTE. DESCCLASSIFICAÇÃO.
RIGOR TÉCNICO E OBJETIVO QUE COADUNA COM O PRINCÍPIO DA ESTRITA
LEGALIDADE A QUE ESTÁ A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VINCULADA.
SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CÍVEL Nº 000.272.005-0/00 - COMARCA DE
BELO HORIZONTE - APELANTE(S): DIMENSÃO CONSTRUÇÕES CIVIS
MODULARES METÁLICAS LTDA. - APELADO(S): DIRETOR ADM FINANÇAS
BEPREM BENEFICÊNCIA PREFEITURA E OUTRO - RELATOR: EXMO. SR. DES.
JOSÉ DOMINGUES FERREIRA ESTEVES**

**ADMINISTRATIVO - MS - LICITAÇÃO - DESCCLASSIFICAÇÃO -
DESCUMPRIMENTO DE NORMA EDITALÍCIA - EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DE
FORMALIDADE QUE TEM SUA IMPORTÂNCIA NA SELEÇÃO DA MELHOR
PROPOSTA E SE HARMONIZA COM A LC, NÃO SE CONFUNDINDO COM
EXCESSO DE FORMALISMO OU ILEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA
SEGURANÇA EM PRIMEIRO GRAU - DESPROVIMENTO DO APELO.
APELAÇÃO CÍVEL Nº 000.237.632-5/00 - COMARCA DE BELO HORIZONTE -
APELANTE(S): SP SERVIÇOS LTDA - APELADO(S): ESTADO DE MINAS**



GERAIS, DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS -
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALOYSIO NOGUEIRA

**LICITAÇÃO - PROCEDIMENTO FORMAL - DESATENDIMENTO -
DESCLASSIFICAÇÃO.** Consoante o art. 4º, parágrafo único, da Lei licitatória n.º
8.666/93, o desatendimento a um procedimento formal, exigido no edital de
concurso, resulta na desclassificação do licitante. APELAÇÃO CÍVEL Nº
00.244.824-9/00 - COMARCA DE UBÁ - APELANTE(S): FUNERÁRIA
REDENTORA LTDA. - APELADO(S): MUNICÍPIO DE UBÁ E OUTROS -
RELATOR: EXMO. SR. DES. ORLANDO CARVALHO

PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Por tudo quanto restou demonstrado, requer que ao Recurso:

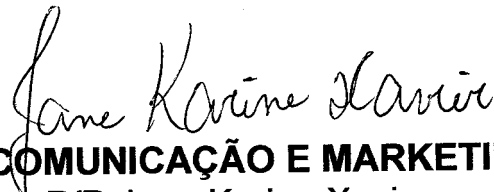
Seja dado provimento, desclassificando a Recorrida INTELLIGENTSIA &
ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA-EPP, por assim ser medida da mais lúdima
justiça.

Seja atribuído efeito suspensivo, nos moldes do subitem 13.2 do edital c/c § 2º
do art. 109 da Lei de Licitações.

Seja dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou julgamento
geral das propostas, ao qual que poderá reconsiderar sua decisão, dentro do
prazo legal, e desclassificar a Recorrida, ou fazer esse Recurso subir,
devidamente informado, para decisão de desclassificação da Recorrida,
conforme o subitem 13.5 do edital c/c § 4º do art. 109 da Lei de Licitações.

Nestes termos, pede-se e espera deferimento.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2017.


FAZENDA COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI
P/P Jane Karine Xavier
RG MG – 9.193.536 e CPF 035.790.956-92

Fazenda Comunicação & Marketing Eireli
CNPJ: 08.628.776/0001-62
Rua Sergipe, 1053, Savassi, CEP 30130-174
Belo Horizonte, Minas Gerais
Email: comercial@fazendacm.com.br

12/12



Livro: 5-P Folha: 097

**TRASLADO****PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ FAZENDA COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI, na forma abaixo:**

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2017 (dois mil e dezesete), neste 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Igarapé, Estado de Minas Gerais, situado na Rua Primeiro de Maio, nº 357, Centro, perante mim, Tabeliã, compareceu como outorgante: **FAZENDA COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.776/0001-62, sediada na Rua Sergipe, nº 1053, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, registrada na JUCEMG sob o nº 3160027879-0, desde 05/02/2007, neste ato legalmente representada pelo sócio administrador **THALES ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº MG-9.120.900, expedida pela PC/MG, inscrito no CPF sob o nº 050.058.026-06, residente e domiciliado na Rua dos Gráficos, nº 150, Bairro Alípio de Melo, Belo Horizonte/MG, cuja legitimidade da representação ficou demonstrada através do Ato de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada registrado em 11/01/2016; devidamente identificada através dos documentos apresentados e reconhecida por mim, como pessoa juridicamente capaz, do que dou fé. E, então, pela outorgante me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui sua bastante procuradora: JANE KARINE XAVIER, brasileira, casada, analista de licitações, portadora da Cédula de Identidade nº MG-9.193.536, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 035.790.956-92, residente e domiciliada na Rua Guiricema, nº 439, Bairro Salgado Filho, Belo Horizonte/MG, a quem confere poderes especiais e expressos para representá-la junto às Repartições Públicas em geral, Municipais, Estaduais, Federais e Autarquias, Instituições Particulares, Terceiros, podendo a outorgada assinar, prestar declarações, retirar documentos perante todos os órgãos públicos ou entidades públicas já mencionadas; bem como, assinar propostas, contratos, recursos e demais documentos referentes a processos licitatórios, nomear preposto para representá-la em processos licitatórios de qualquer modalidade ou qualquer ato necessário, assinar orçamentos, firmar contrato com qualquer entidade e órgão público ou privado; praticando, enfim, todos os atos em direito permitidos e



necessários ao completo e fiel desempenho do presente mandato, representando-a como se presente fosse, o que tudo dará por firme e valioso. Os elementos relativos ao objeto deste instrumento e à qualificação da outorgada foram fornecidos e conferidos pela outorgante, que por eles se responsabiliza. Assim o disse, dou fé.

DOS DOCUMENTOS: Em cumprimento às exigências do art. 269 do Provimento 260/CGJ/2013, ficam arquivados nesta Serventia: Ato de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, CNPJ, cópia dos documentos de identificação, *devidamente arquivados no RDP-10 do Livro 3-P, fls 124, desta Serventia*, e Certidão Simplificada emitida pela JUCEMG em 25/01/2017. Dispensada a presença de testemunhas com fundamento no art. 215, § 5º, da Lei Federal nº 10.406/2002. A pedido da parte, lavrei este instrumento, que lhe foi lido em voz alta e achado conforme, aceitou, outorgou e assina. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 0301010269, atribuição: Tabelionato de Notas, localidade: Igarapé. Nº selo de consulta: BDV33726, código de segurança: 1672975408162698. Ato: 1437, quantidade: 1. Emolumentos: R\$ 18,52. Recompe: R\$ 1,11. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 6,18. Total: R\$ 25,81.. Ato: 8101, quantidade: 1. Emolumentos: R\$ 5,42. Recompe: R\$ 0,32. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 1,80. Total: R\$ 7,54. Valor Total Final ao Usuário: R\$ 33,35. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>". Eu, Daniele Firpe Johnson, Tabeliã, lavrei e digitei o presente instrumento, subscrevo, dou fé e assino. (as.) FAZENDA COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI, DANIELE FIRPE JOHNSON. TRASLADADA EM SEGUIDA. Igarapé, 25 de janeiro de 2017.

Em testº  da verdade.


DANIELE FIRPE JOHNSON
TABELIÃ

CARTÓRIO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE B. HORIZONTE
WALQUIRIA MARA GRACIANO MACHADO RABELO
Rua São Paulo, nº 1116 - Fone: 3247-3535
AUTENTICAÇÃO ESTÁ CONFORME ORIGINAL
DOU FÉ EM TESTEMUNHO DA VERDADE

B.HTE.
MG

31 JUL. 2017


Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CUB 04697

WARLEY HANIEL DE JESUS BOMERO - ESCRIVÃO
EMOL: R\$ 4,83 - RECOMPE: R\$ 0,27 - TX. FISC.: R\$ 1,45
TOTAL: R\$ 6,29 - Cód.: 1301-1 (4)